

ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA

As mulheres trabalhadoras catadoras de materiais recicláveis no Brasil

Fabiana Sanches Grecco¹

Universidade Estadual de Campinas

O ponto de partida das reflexões apresentadas neste texto é a organização coletiva dos processos de trabalho da catação de materiais recicláveis no Brasil, cujo objetivo final é encaminhar os materiais recicláveis recolhidos e sistematicamente separados para a fabricação de matéria-prima reciclada, que será utilizada na produção de novos produtos. A estimativa é a de que pelo menos 13 mil de cerca de 800 mil pessoas que trabalhariam com a catação de materiais recicláveis no país estariam organizadas em associações de trabalho coletivo e nesse contingente, a participação das mulheres se destacaria em relação aos homens, ganhando contornos singulares no debate sobre o tema.

Essas associações de trabalho coletivo se fundamentam, de forma predominante, nos princípios norteadores da Economia Solidária, uma forma supostamente mais democrática de geração de trabalho e renda, coexistente ao molde capitalista tradicional e que almeja colocar em pauta um novo ordenamento social via *solidarismo* (SINGER, 2001; LAVILLE, 2009), onde o protagonismo das mulheres trabalhadoras é divulgado como fundamental na transformação da sociedade (GUÉRIN, 2005) e é nesse aspecto que a discussão sobre esse tema vai ao encontro da chamada Economia Feminista, uma corrente da teoria feminista que critica o pensamento econômico dominante por ser cego à participação das mulheres na economia e para a qual a “produção da vida humana” deveria ter maior importância que a produção de mercadorias (FERBER e NELSON, 1993).

Nesse sentido, extraído do interior desse debate sobre a relação entre Economia Solidária e Economia Feminista no Brasil, neste texto apresentaremos o debate teórico sobre o protagonismo das mulheres trabalhadoras nas atuais associações de trabalho coletivo no país, estabelecendo um contraponto com o universo empírico da organização dos processos de trabalho no interior dessas associações.

¹ fabianasanchesgrecco@hotmail.com

Princípios norteadores da Economia Solidária no Brasil

O eixo da Economia Solidária estaria no cooperativismo do final do século XVIII e início do século XIX, nascido na Europa como uma forma de resistência de trabalhadoras e trabalhadores à exploração capitalista. Segundo Souza, o formato atual teria como princípios norteadores a experiência britânica de 1844, com a experiência da cooperativa de consumo iniciada por 28 tecelões conhecidos como os *Pioneiros Equitativos de Rochdale* (SOUZA, 2013, p. 40).²

Segundo os entusiastas da Economia Solidária como o economista brasileiro Paul Singer (2001) e o pesquisador francês Jean-Louis Laville (2009), o “novo” cooperativismo, que se difundiu em grupos informais, associações, cooperativas, entre outras instituições, chegaria, então, na virada do século XX para o século XXI, como uma reação das trabalhadoras e trabalhadores frente ao desemprego estrutural, visando um modelo que não fosse a propriedade privada dos meios de produção, a produção da mais-valia e a alienação do trabalhador, constituindo, ao contrário, uma “terceira via” entre o atual capitalismo e as antigas propostas primárias do “comunismo centralizador” (SOUZA, 2013, p. 25).

Para Singer, a reprodução de qualquer sociedade requereria “alguma solidariedade”, estando a sociedade capitalista cindida entre as esferas do competitivo e do solidário. As atuais associações de trabalho pautadas pela Economia Solidária seriam, assim, uma forma mais democrática de geração de trabalho e renda, coexistente à “economia capitalista”, colocando em prática um “novo ordenamento social” (SINGER, 2001).

Dentro de uma perspectiva bastante parecida, para Laville, a Economia Solidária pretenderia a democratização da economia atingida por meio do engajamento dos atores nela envolvidos. Ela teria trazido ao debate público as noções de “utilidade social” e de “interesse coletivo” e colocado a questão do objetivo das atividades. As mulheres que participam dessas instituições, por exemplo, se empenhariam em setores ligados à vida quotidiana, convertendo os seus “saberes tradicionais” em “competências profissionais” (LAVILLE, 2009).

É nesse sentido que nas teses sobre a participação das mulheres na Economia Solidária, seu trabalho é visto, em geral, como uma possibilidade dessas mulheres

² Sobre a função não capitalista e democrática do cooperativismo do século XVIII e início do século XIX, divulgado especialmente, pela social democracia alemã, ver: LUXEMBURGO, 2011.

trabalhadoras alcançarem sua autonomia, tendo em vista a geração de renda, a organização do trabalho de forma coletiva, a participação em movimentos sociais e populares e as ações sociais ou comunitárias (GUÉRIN, 2005).

Contudo, segundo as autoras Leite e Georges, no Brasil, as experiências da então Economia Solidária começam a aparecer, quer como forma de geração de trabalho e renda no quadro de um mercado de trabalho profundamente desestruturado, quer como política empresarial de precarização do trabalho (LEITE e GEORGES, 2012, p. 17).

Segundo Araújo e Durães, as mulheres predominariam nesse tipo de trabalho associado, sobretudo nos setores da reciclagem, costura, alimentação e calçados. Ademais, para além de haver uma segmentação por gênero na Economia Solidária, as mesmas desigualdades de gênero se reproduziriam nos empreendimentos coletivos. Persistiria nesses empreendimentos, portanto, baixa remuneração, precariedade das condições de trabalho, instabilidade dos vínculos e ausência de direitos trabalhistas e de proteção social (ARAÚJO e DURÃES, 2010).

Princípios norteadores da Economia Feminista no Brasil

No que se refere à matriz da chamada Economia Feminista, localizada de forma predominante nos Estados Unidos, o eixo central das propostas da Economia Feminista seria a crítica aos paradigmas dominantes da economia³. De uma forma geral, para as autoras da Economia Feminista, os pressupostos e métodos dominantes, nos quais predominaria a linguagem matemática, o individualismo egoísta, a autonomia e a racionalidade estariam centrados no mercado e seriam indiferentes à divisão sexual do trabalho, aos trabalhos que não produzem mais-valia e aqueles não remunerados, majoritariamente realizados por mulheres. Com isso, segundo Ferber e Nelson (1993), as atividades e as experiências que historicamente dizem mais respeito às mulheres que aos homens seriam frequentemente negligenciadas. Assim, a “produção da vida humana” deveria ter maior importância que a produção de mercadorias.

No que se refere ao Brasil, o debate em torno da Economia Feminista tem como principal referência as publicações da organização não governamental *Sempre Viva Organização Feminista* (SOF)⁴. Assim, conforme a pesquisadora brasileira e

³ Paradigmas dominantes da economia: *mainstream* (FERBER e NELSON, 1993).

⁴ A SOF é uma organização não governamental (ONG) com sede na cidade de São Paulo, atuante desde 1963. Além das publicações, a SOF também realiza atividades de formação e assessora grupos de mulheres, movimentos sociais, outras ONGs e órgãos do governo.

organizadora de algumas publicações da SOF, Miriam Nobre (2003), o debate brasileiro apontaria para as análises das desigualdades de gênero no mercado de trabalho e para a construção de indicadores para a formulação de políticas públicas.

Além das publicações da SOF e dos demais debates bibliográficos, alguns grupos de estudos e movimentos sociais se apresentam como espaços para a construção do debate e para a difusão da Economia Feminista no país. Este é o caso da *Rede Economia e Feminismo* (REF), que está articulada à *Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia* (REMTE) e que promove ações de incentivo à Economia Feminista junto à *Marcha Mundial de Mulheres* (MMM)⁵. Também é o caso do *Grupo de Reflexão Economia e Feminismo* da SOF⁶ e do *Grupo de Estudos e Pesquisa de Economia Solidária das Relações de Gênero* (GEPES de gênero)⁷ da *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp* (ITCP).

O debate que antecede

As teses sobre a Economia Feminista teriam se desenvolvido tendo como eixo as análises de gênero, assim como nos trabalhos pioneiros, como as formulações estadunidenses da década de 1990 e os estudos europeus posteriores (NOBRE, 2002, p. 13). Por essa razão, o debate brasileiro que antecede a chegada das teses da Economia Feminista no país parece ser fundamental.

Para as pesquisadoras Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999, p. 19 e 20), o trabalho das mulheres teria sido um dos primeiros temas de entrada das mulheres feministas na academia no Brasil. Isso teria ocorrido no final dos anos 1960 e inícios dos 1970. Contudo, a inclusão da categoria gênero teria trazido mudanças nos estudos sobre o trabalho. Segundo as autoras, os estudos sobre as relações de gênero e trabalho, teriam recebido um impulso na década de 1980 no país, sobretudo em decorrência do aumento do número de mulheres em postos de trabalho industriais na década de 1970 e do próprio desenvolvimento das análises de gênero.

Segundo Heilborn e Sorj (1999, p. 19 e 20) as análises de gênero seriam as que mais consistentemente teriam reivindicado o lugar da cultura, da história e do poder nos estudos do trabalho e seu maior benefício residiria, justamente, na crítica ao paradigma econômico de que os “indivíduos [são] movidos por interesses racionais”. Assim, não

⁵ FARIA e NOBRE, 2002; *site* da SOF.

⁶ FARIA e NOBRE, 2003.

⁷ TAVARES *et al.*, 2013.

apenas os estudos de gênero estariam no pano de fundo da Economia Feminista no Brasil, como a crítica ao pensamento econômico também já estava colocada.⁸

Para a pesquisadora Angela Araújo (2005, p. 87 e 88), as mudanças que as análises de gênero trouxeram para os estudos sobre o trabalho teria influência decisiva da difusão das ideias feministas e do crescimento dos movimentos de mulheres, nos quais estariam presentes as mulheres das classes populares, as trabalhadoras, as sindicalistas e pesquisadoras vinculadas às universidades. Segundo a autora, no que se refere à sociologia e à economia do trabalho, as análises sobre o mercado de trabalho seriam, ao lado das análises sobre os processos de trabalho e organização do trabalho fabril, um dos dois “núcleos temáticos” centrais, nos quais o conceito de “gênero” teria encontrado espaço. Inicialmente, o foco desses estudos seria a “segregação ocupacional das mulheres” e a “segmentação do mercado de trabalho”. Nesses estudos, seriam questionadas as teorias “da mão-de-obra excedente” e da “segmentação do mercado de trabalho”, ampliando as análises às formas diferenciadas do trabalho feminino⁹.

A relação entre Economia Feminista e Economia Solidária

No interior da discussão sobre Economia Feminista, como já foi indicado anteriormente, o trabalho das mulheres em associações de trabalho coletivo fundamentadas pela Economia Solidária se destaca. Segundo Nobre, a Economia Solidária seria central para a construção de novas práticas econômicas e deveria assumir a agenda feminista no intuito de “romper [com] a separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho e ampliar a noção de trabalho”. Segundo a autora, muitos grupos de mulheres se iniciariam “fazendo arranjos” diante de situações de extrema precariedade. No entanto, isso não impediria que essa “forma coletiva de resolver problemas emergenciais” pudesse ser vista como uma “geração de práticas inovadoras” (NOBRE, 2003, p. 95).

⁸ À época da entrada das mulheres na academia, o marxismo seria um legitimador das abordagens feministas frente à um público não feminista. Heilborn e Sorj citam os trabalhos de Heleieth Saffioti (1969) e Eva Blay (1972), como dois dos primeiros estudos sobre mulher e trabalho no Brasil (HEILBORN e SORJ, 1999, p. 19 e 20).

⁹ A autora destaca “o trabalho doméstico, o trabalho remunerado realizado no domicílio, as relações entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, a presença crescente das mulheres em carreiras consideradas masculinas, as mudanças nos padrões salariais e nos vínculos empregatícios, bem como nos atributos e qualificações, incluindo aí a escolaridade, associados às ocupações ditas femininas e masculinas” (ARAÚJO, 2005, p. 88).

Segundo Nobre e a pesquisadora brasileira Taís Viudes de Freitas (2011), a Economia Solidária interessaria à Economia Feminista como uma possibilidade de romper com a divisão sexual do trabalho¹⁰. Essa proposição foi levantada inicialmente pela pesquisadora francesa Isabelle Guérin (2005), que no Brasil tem influência considerável nos estudos sobre a participação das mulheres na Economia Solidária. Assim, de forma preliminar, é possível afirmar que predominaria no debate brasileiro sobre a Economia Feminista a discussão sobre a divisão sexual do trabalho¹¹ e a autonomia das mulheres¹², nos espaços fundamentados pela Economia Solidária.

Como dito anteriormente, nas teses sobre a participação das mulheres na Economia Solidária, os trabalhos realizados por elas são vistos como uma possibilidade dessas mulheres alcançarem sua autonomia, tendo em vista a geração de renda, a organização do trabalho de forma coletiva, a participação em movimentos sociais e populares e as ações sociais ou comunitárias. Assim, em parte, a possibilidade da construção da “autonomia” e as “práticas recíprocitárias” (GUÉRIN, 2005, p. 80) seriam elementos centrais que aproximariam a Economia Feminista da Economia Solidária.

Segundo Guérin, as atuais associações de trabalho, pautadas pela Economia Solidária, seriam espaços de reflexão e de deliberação coletivas, contribuindo para a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil. Nesse sentido, ao criar espaços entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não monetário essas instituições desempenhariam um papel de “justiça de proximidade”. Segundo a autora, diante de uma “feminização da pobreza”, as mulheres seriam conduzidas a experiências solidárias, sobretudo, pela necessidade da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional. Nesses espaços coletivos ocorreria um alívio de suas obrigações através do compartilhamento (GUÉRIN, 2005, p. 11 e 17).

¹⁰ Sobre a divisão sexual do trabalho, ver: KERGOAT, 1998.

¹¹ Por exemplo, WIRTH, 2013.

¹² Por exemplo, BRANDÃO, 2010.

Contraponto: o universo empírico das associações de trabalho e o trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis

O ponto de partida e o universo de investigação das reflexões apresentadas aqui são a experiência e a trajetória laboral de mulheres que trabalham na catação de materiais recicláveis na cidade de Araçatuba/SP, à luz de um estudo realizado no período de 2009-2013 na Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis de Araçatuba (ACREPOM).¹³

Com este estudo foi possível concluir que a organização das associações de trabalho coletivo se compara à de uma empresa capitalista tradicional, onde estão presentes não apenas a divisão de tarefas, a hierarquia de remunerações e uma rígida jornada de trabalho, conforme a disciplina de trabalho exigida pela ACREPOM, mas também, a rotinização de gestos e movimentos, a adequação psicofísica dos trabalhadores, além de uma seleção criteriosa de um perfil de trabalhador e, até mesmo, investimentos em qualificação técnica e de educação de nível básico.

Aprofundando essas semelhanças com a empresa tipicamente capitalista, percebe-se também a divisão sexual no interior da associação, o que demonstra a permanência do antagonismo, da dominação e opressão, reforçando a hipótese de que essas instituições de atividades produtivas não possuem as condições suficientes e necessárias para engendrar uma “outra economia” que não a capitalista, contrariando a tese da “economia solidária”.

Ademais, além da estrutura da associação ser aos moldes do fordismo-taylorismo, como foi dito, ela foi estruturada em programas sociais apoiados por instituições bancárias, pelos poderes públicos e pela igreja católica, tendo a sua origem uma relação com a busca pelo “resgate da dignidade” dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis da cidade.

Dentro dessa perspectiva, o modelo de organização da produção fordista-taylorista é analisado como um “modo de vida”, sendo a crise do capital do final do século XX, nesse sentido, pressuposta como um momento no qual ocorreu uma intensificação do controle do trabalho, redefinindo a sua organização, onde algumas ocupações desapareceram, outras se transformaram e algumas emergiram fundadas em antigas formas de exploração do trabalho. Nesse sentido, o período de reestruturação das taxas de lucro do capital que se arrasta aos dias atuais, combinaria formas mais

¹³ Para a apresentação completa desse estudo, ver: GRECCO, 2014.

recentes de organização dos processos produtivos como, por exemplo, o toyotismo, com a radicalização da forma mais antiga de racionalização da produção.¹⁴

Nesse processo, avistou-se, também, a informalidade nas relações de produção (MALAGUTI, 2000), entendendo que a exploração do trabalho informal é um meio de assegurar uma elevação da extração de mais-valia. Trazendo essa discussão para a análise do trabalho de catação de materiais recicláveis, é possível afirmar que a organização da indústria de reciclagem desenvolve os preceitos mais gerais da produção tipicamente capitalista. Mesmo que não haja a extração imediata de mais-valia no trabalho de catação de materiais recicláveis, ele se desenvolve de forma subordinada ao capital e isso se estende, para o trabalho organizado em “empreendimentos coletivos”.

Essas instituições, nas quais a indústria da reciclagem se apoia, divulgadas como iniciativas supostamente não capitalistas da “sociedade civil”, estruturados em torno da chamada “Economia Solidária”, são expressão do processo de alargamento da informalidade nas relações de trabalho e da investida político-econômica neoliberal. Considera-se, portanto, que elas se expandem como parte estratégica do processo no qual o capital estruturou transformações econômicas, políticas e sociais como saída para a sua crise.

Assim, no processo industrial de reciclagem, de um lado, há grandes investimentos em tecnologia e de capital, mas de outro, ocorre o resgate de formas primitivas de exploração do trabalho, como o uso do próprio corpo como tração dos meios de produção, vivenciando a produção da miséria. Nesse sentido, as trabalhadoras e os trabalhadores da catação de materiais recicláveis, estão submetidos ao modo de produção capitalista. Em outras palavras, como coletivo de trabalho, esses trabalhadores são, portanto, força de trabalho explorada pelo capital. O trabalho de catação de materiais recicláveis não apenas é útil ao processo de valorização do capital como é parte de um processo histórico de desvalorização da força de trabalho, que se dá com base na desregulamentação das leis de proteção ao trabalhador e das relações de trabalho.

Segundo Araújo (2012, p. 137 e 139), esse processo crescente de expansão da informalidade contribuiria para a “manutenção da segmentação por gênero” no mercado de trabalho e construiria “novos ou renovados espaços de confinamento da força de trabalho feminina”. As políticas de ajuste estrutural, que impulsionam o corte de gastos

¹⁴ DIAS, 1997 e 1998; OLIVEIRA, 2003, p. 60; AMORIM, 2006, p. 43; AMORIM, 2012, p. 11 e 12; HOBSBAWM, 1995, p. 398 e 413; ANTUNES, 2009, p. 52; ALVES, 2007, p. 156.

públicos sociais, delegando às mulheres o trabalho comunitário (NOBRE, 2003), também poderia indicar um caminho possível para essa reflexão.

Por fim, tendo em vista a utilização histórica do trabalho das mulheres como elemento da precarização do trabalho (MARX, 2013, p. 468), conclui-se que o processo industrial de reciclagem encontra no Brasil as condições sociais históricas propícias para a expansão do capital via exploração e apropriação do trabalho das mulheres. À luz das associações de trabalho coletivo de mulheres catadoras de materiais recicláveis no Brasil, portanto, questiona-se em que medida a Economia Solidária pode ser considerada uma resposta, uma iniciativa alternativa à precarização do trabalho? Dentro do mesmo raciocínio, questiona-se em que medida a Economia Feminista não está se transformando em um alibi para a expansão da exploração do trabalho das mulheres? Isto, tendo em vista que há uma separação entre tornar visível tal exploração e gerar ferramentas para expandi-la.

Referências bibliográficas

- ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva – ensaios de sociologia do trabalho*. São Paulo: Editora Práxis, 2007.
- AMORIM, Henrique. *Teoria social e reducionismo analítico*. Caxias do Sul: Educs, 2006.
- AMORIM, Henrique. *Valor-trabalho e imaterialidade da produção nas sociedades contemporâneas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, A. Gênero nos estudos do trabalho (Para lembrar Elizabeth de Souza Lobo). In: *Gênero nas fronteiras do sul*, 2005: pp.85-96.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. “Informalidade e relações de gênero”. In: GEORGES, Isabel P. H.; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume, 2012.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; DURÃES, Bruno. Informalidade e desproteção social: uma realidade para a maioria das mulheres trabalhadoras. In: COSTA, Albertina et alli (orgs.). *Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo*. Recife: S. O. S. Corpo, 2010.
- DIAS, Edmundo Fernandes. “A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização”. *Textos didáticos*, Campinas, IFCH/Unicamp, n. 29, ago. 1997.
- DIAS, E. “Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. *Revista Outubro*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 1, 1998.
- FARIA, N.; NOBRE, M. (org.). *A produção do viver*. São Paulo: SOF, 2003.
- FARIA, N.; NOBRE, M. (org.). *Economia Feminista*. São Paulo: SOF, 2002.
- FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (eds.). *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- FREITAS, T.; NOBRE, M. Posibilidades y límites en la construcción de la igualdad de género en la economía solidaria (Brasil). In: LARREA, B. et al. (Re) pensar los Derechos Humanos desde una perspectiva de género. Bilbao: MUNDUBAT, 2011.
- GRECCO, Fabiana Sanches. “Produção e reprodução capitalista na indústria da reciclagem: uma análise do trabalho de catação de materiais recicláveis no interior paulista”. Marília, 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília.
- GUÉRIN, Isabelle. *As Mulheres e a Economia Solidária*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HEILBORN, M.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KERGOAT, D. La division du travail entre les sexes. In: Kergoat, Jacques. *Le monde du travail / sous la direction de Jacques Kergoat [et al.]*. Paris: Decouverte, 1998.
- LAVILLE, Jean-louis. “A economia solidária: um movimento internacional”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, março 2009, pp. 7-47.
- LEITE, Marcia de Paula; GEORGES, Isabel P. H. (orgs.). *Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária*. São Paulo: Annablume, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Textos Escolhidos*. In: LOUREIRO, Isabel (Org.) São Paulo: UNESP, Vol. I, 2011.

- MALAGUTI, Manoel Luiz. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NOBRE, M. Diálogos entre Economia solidária e Economia Feminista. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (org.). *A produção do viver*. São Paulo: SOF, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SINGER, Paul. “Economia solidária versus economia capitalista”. *Sociedade e Estado* online. 2001, v.16, n.1-2, pp. 100-112. ISSN 0102-6992
- SOUZA, Andre Ricardo de. *Os laços entre igreja, governo e economia solidária*. Edufscar, 2013.
- TAVARES, A. et al. O sexo da economia solidária: apontamentos a partir da economia feminista e da prática de incubação, Coletiva 2 - Sistematizações sobre a prática autogestionária, 01/2013, ed. 1, Instituto de Economia, pp. 23, pp.161-183, 2013.
- WIRTH, Ioli Gewehr. *Mulheres na Triagem, Homens na Prensa: questões de Gênero em cooperativas de catadores*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2013.